



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA TURMA ESPECIAL**

Processo nº 10980.002467/2003-11

Recurso nº 137.757 _Voluntário

Matéria RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Acórdão nº 291-00.106

Sessão de 20 de novembro de 2008

Recorrente PCI - PARANÁ INDÚSTRIA DE CIRCUITOS IMPRESSOS LTDA.

Recorrida DRJ em Curitiba - PR

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília. 80/03/09
Wando Eusébio Ferreira
Mat. Sape 91776

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/01/2003 a 28/02/2003

PIS. RESTITUIÇÃO. DECADÊNCIA. PRAZO.

A decadência do direito de pleitear a restituição de valores recolhidos a maior a título de contribuição para o PIS, nos moldes dos inconstitucionais Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, de 1988, é de 5 (cinco) anos, tendo como termo inicial a data da publicação da Resolução do Senado nº 49, de 1995.

Recurso voluntário negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

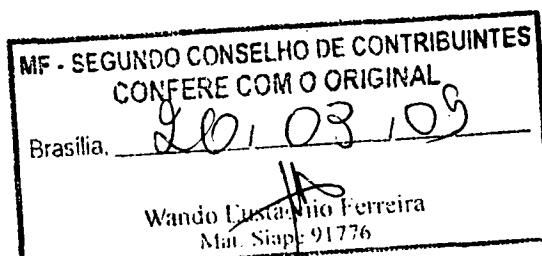
ACORDAM os Membros da PRIMEIRA TURMA ESPECIAL do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso. Vencido o Conselheiro Daniel Maurício Fedato (Relator), que dava provimento para afastar a decadência em razão da tese dos 5 mais 5. Designado o Conselheiro Carlos Henrique Martins de Lima para redigir o voto vencedor.

Josefa Maria Coelho Marques
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES
Presidente

Carlos Henrique Martins de Lima
CARLOS HENRIQUE MARTINS DE LIMA
Relator-Designado

Participou, ainda, do presente julgamento, o Conselheiro Belchior Melo de Sousa.

Relatório



Trata-se, na espécie, de declaração de restituição de pagamento indevido de PIS e Cofins, de janeiro e fevereiro de 2003, com crédito fiscal pleiteado no Processo n° 10980.001458/2003-02, conforme documento de fl. 05.

A análise preliminar indica que o pedido de restituição (Protocolo n° 10980.001458/2003-02) foi indeferido, acarretando a não-homologação das compensações com concomitante encaminhamento do processo para Setor próprio, a fim de lançamento de ofício dos débitos não pagos.

Cientificada da decisão, tempestivamente, a contribuinte oferece razões de inconformidade, destacando que, em face da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n°s 2.445 e 2.449, de 1988, a requerente tem direito a recuperar os valores referentes à diferença das contribuições recolhidas na vigência dos citados decretos-leis e da Lei Complementar n° 7/70, com suporte no art. 66 da Lei n° 8.383/1991, no período de 10 (dez) anos, conforme AgREsp n° 422.782-MG.

A DRJ indeferiu o pedido, em face da decadência do direito aos créditos fiscais resultantes do pedido de restituição, com fundamento no art. 168 do CTN, que limita a restituição a cinco anos, ao teor do Acórdão n° 06-12.785 - 3ª Turma.

Cientificada, recorre a este areópago, renovando razões.

É o Relatório.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília,	20/03/09
Wando Eustáquio Ferreira	
Mat. Siape 91776	

Voto Vencido

Conselheiro DANIEL MAURÍCIO FEDATO, Relator

A controvérsia, ao teor dos fatos relatados, reside na questão objetiva do prazo decadencial para o exercício do indébito pelo sujeito passivo.

Como se verifica dos autos, a recorrente ingressou com pedido de ressarcimento em face de valores que foram recolhidos a maior ao PIS, na vigência dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, de 1988, e, no presente caso, utilizou este crédito fiscal do excesso recolhido para compensar débitos do mesmo PIS e da Cofins, ambos do mês de março de 2003.

Filio-me à corrente da ora Petionária, com arrimo na ementa do Acórdão do Agravo Regimental no Recurso Especial nº 422.782/MG, que transcrevo, *verbis*:

"Tributário. Agravo Regimental. Recurso Especial. Pis. Prescrição. Termo a quo. Declaração de Inconstitucionalidade pelo Pretório Excelso. Decadência. Violação de Preceitos Constitucionais. Análise. Impossibilidade.

Nega-se provimento ao agravo regimental, em face das razões que sustentam a decisão recorrida, sendo certo que o prazo prescricional para se pleitear a compensação/restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS começa a fluir da data da decisão do Pretório Excelso que declarou a inconstitucionalidade da lei em que se fundou a exação e que o prazo decadencial, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, somente pode se operar quando decorridos cinco anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos contados da homologação tácita."
(AgREsp nº 422.782/MG - 1º/10/2002)

E mais.

O mesmo STJ já pacificou a questão, como se vê da decisão, assim:

"Tributário. PIS. Compensação. Prescrição. Decadência. Termo inicial do prazo. Precedentes. Está uniforme na 1ª Seção do STJ que, no caso de lançamento tributário por homologação e havendo silêncio do Fisco, o prazo decadencial só se inicia após decorridos 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, a crescidos de mais um quinquênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Estando o tributo em tela sujeito a lançamento por homologação, aplicam-se a decadência e a prescrição nos moldes acima delineados. Não há que se falar em prazo prescricional a contar da declaração de inconstitucionalidade pelo STF ou da Resolução do Senado. A pretensão foi formulada no prazo concedido pela jurisprudência desta Casa Julgadora como admissível, visto que a ação não está alcançada pela prescrição, nem o direito pela decadência. Aplica-se, assim, o prazo prescricional nos moldes em que pacificado pelo STJ; id est, a

corrente do cinco mais cinco. A ação foi ajuizada em 19.10.2000. Valores recolhidos a título de PIS, no período de 01/91 a 01/96. Não transcorreu, entre o prazo do recolhimento (contado a partir de 12/1990) e o do ingresso da ação em juízo, o prazo de 10 (dez) anos (5 + 5) a partir de cada fato gerador da exação tributária, contados para trás a partir do ajuizamento da ação. Precedentes desta Corte Superior... Recurso provido para... com base na jurisprudência predominante da Corte, afastar a prescrição, nos termos do voto." (Recurso Especial nº 610.055 - Ministro José Delgado - DJU de 10/05/2004)

No mesmo sentido voto de vista nos REsp nºs 422.704/BA e 549.813/RS e no AgREsp nº 450.059/RS, sendo pertinente transcrever este último, porque didático, assim:

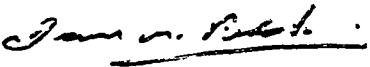
"Agravio Regimental - Tributário - PIS - Compensação de Indébito - Prescrição. Não ocorrendo homologação expressa, o direito de se pleitear a repetição de indébito se dá após o prazo de cinco anos contados do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos a partir da homologação tácita". (AgREsp nº 450.059/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 22/9/2003)

E não há que se cogitar sobre se os registros da contribuinte foram fiscalizados, sob os efeitos de homologação dos recolhimentos ou outras questões periféricas. Firmo convicção de que o direito de o contribuinte promover a restituição do indébito é de 10 (dez) anos e, assim sendo, o pedido de compensação, à luz dos fatos narrados nos presentes autos, é procedente.

Do esposado, entendo legítima a restituição pleiteada pelo sujeito passivo e dou provimento ao seu recurso.

É como voto.

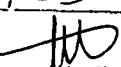
Sala das Sessões, em 20 de novembro de 2008.


DANIEL MAURÍCIO FEDATO

MAP - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 20/09/09

Wando Eustáquio Ferreira
Mat. Siapc 91776



Voto Vencedor

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 20/03/09

Wando Eustáquio Ferreira
Mat. Siape 91776

Conselheiro CARLOS HENRIQUE MARTINS DE LIMA, Relator-Designado

Discordo da posição do Relator no que se refere à questão do prazo prescricional para os contribuintes pleitearem restituição de valores pagos relativos a tributo cuja norma que o exige tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Para tal efeito comungo com o raciocínio exposto no Parecer Cosit nº 58, de 1998, cujo trecho referente ao assunto transcrevo abaixo:

"(...)

24. Há de se concordar, portanto, com o mestre Aliomar Baleiro (*Direito Tributário Brasileiro*, 10ª ed., Forense, Rio, 1993, p. 570), que entende que o prazo de que trata o art. 168 do CTN é de decadência.

25. Para que se possa cogitar de decadência, é mister que o direito seja exercitável; que, no caso, o crédito (restituição) seja exigível. Assim, antes de a lei ser declarada inconstitucional não há que se falar em pagamento indevido, pois, até então, por presunção, eram a lei constitucional e os pagamentos efetuados efetivamente devidos.

26. Logo, para o contribuinte que foi parte na relação processual que resultou na declaração incidental de inconstitucionalidade, o início da decadência é contado a partir do trânsito em julgado da decisão judicial. Quanto aos demais, só se pode falar em prazo decadencial quando os efeitos da decisão forem válidos *erga omnes*, que, conforme já foi dito no item 12, ocorre apenas após a publicação da Resolução do Senado ou após a edição de ato específico do Secretário da Receita Federal (*hipótese do Decreto nº 2.346/1997, art. 4º*).

26.1 Quanto à declaração de inconstitucionalidade de lei por meio de ADIn, o termo inicial para a contagem do prazo de decadência é a data do trânsito em julgado da decisão do STF.

"(...)."

Na verdade, concordo com o entendimento desse Parecer porque o pagamento só se torna indevido quando a lei deixa de existir, ou seja, como poderia o contribuinte pleitear a restituição/compensação sobre valores que até então eram considerados devidos.

No caso concreto, uma vez tratar-se de declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988, foi editada Resolução do Senado Federal de nº 49, de 09/09/1995, retirando a eficácia das aludidas normas legais que foram acoimadas de inconstitucionalidade pelo STF em controle difuso.

Assim, havendo manifestação senatorial, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, é a partir da publicação da aludida Resolução que o entendimento da Egrégia Corte se estende *erga omnes*.

Portanto, o direito subjetivo do contribuinte de postular a repetição de indébito pago com arrimo em norma declarada inconstitucional nasceu a partir da publicação da Resolução do Senado nº 49, o que ocorreu em 10/10/95, e, conforme, já decidido em outras ocasiões por esta Turma, o prazo para tal flui ao longo de cinco anos.

Assim meu voto é no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 2008.

CARLOS HENRIQUE MARTINS DE LIMA

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 20/03/09

Wando Eustáquio Ferreira
Mat. Siapc 91776